

Balanço Anual de Gestão

2018

Abril de 2019

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2018

A.
B.
C.

Índice

1 – OBJETIVO.....	3
2 – ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO – INTERVENÇÃO DA RUMO.....	4
3 – MEMÓRIA DESCRITIVA DO ANO 2018	5
4 – OBJETIVOS DE GESTÃO: PROCESSOS DE SUPORTE E PROCESSOS CHAVE.....	7
5 – ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO.....	8
6 - ALTERAÇÕES QUE POSSAM AFETAR O SISTEMA DE GESTÃO:	14
6.6 – RECOMENDAÇÕES PARA A MELHORIA	15
7 – PLANEAMENTO	16
8 – ANEXOS	16

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2018

A.
R.
B.

1 – OBJETIVO

O presente documento tem por objetivo apresentar formalmente o Balanço Anual de Gestão, do Sistema de Gestão da RUMO – Cooperativa de Solidariedade Social, Crl, relativo ao ano de 2018. São apresentados os resultados obtidos nas atividades/projetos da cooperativa tendo em conta as metas e o cumprimento dos objetivos definidos para o ano transato.

2 – ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO – INTERVENÇÃO DA RUMO

O Sistema de Gestão aplica-se ao apoio a pessoas em situação de desvantagem na Formação, Emprego e Empreendedorismo, na Intervenção Territorial, na Residência de Jovens (Centro de Apoio Residencial) e no Centro de Inclusão Comunitária (Centro de Atividades Ocupacionais), visando a defesa dos seus direitos individuais e de cidadania, designadamente no quadro da promoção do direito à igualdade de oportunidades, à igualdade de género e à inclusão escolar, profissional e comunitária, de forma a cumprir a missão da RUMO.

A Cooperativa tem como foco a promoção educativa, profissional e comunitária para todas as pessoas que se encontrem em situação de desvantagem.

O Sistema de Gestão da RUMO assume uma relação com a comunidade no seu todo, que visa a satisfação das partes interessadas no sentido de cumprir a missão da Cooperativa. O nível de satisfação dos fornecedores é importante para a organização e, enquanto parte interessada contribui para a manutenção da qualidade de serviços da organização.

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2018

A.
R.
S.

3 – MEMÓRIA DESCRITIVA DO ANO 2018

Os aspetos relevantes em 2018 na Cooperativa foram:

- Realização de obras de melhoria na Residência de Jovens – Centro de Apoio Residencial;
- Constrangimentos financeiros significativos provocados pelos atrasos ao nível do Portugal 2020;
- Participação em Projetos Transnacionais – ERASMUS +(Link Up e Job Circuit);
- Candidaturas ao nível da Medida de Qualificação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade;
- Implementação do Programa Incorpora;
- Nomeação como Entidade Coordenadora do Núcleo de Setúbal do Programa Incorpora
- Assinatura do Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica - Criação do Centro de Apoio e Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica para o Concelho do Barreiro e da Moita;
- Participação como oradores em seminários e palestras;
- Participação na Quinzena da Juventude do Barreiro – Torneio de Futebol Interinstitucional com a representação da Equipa de Futebol do Projeto CIC;
- Entidade Formadora no âmbito do Plano Municipal para Migrantes (PMIM) promovido pela Câmara Municipal da Moita;
- Contribuição da Rumo na implementação das ações do PMIM;
- Participação na 8ª Edição do Prémio Voluntariado Jovem do Montepio (Projeto Residência);
- Intervenção da equipa de voluntários da Fundação Montepio, através de pinturas no projeto Residência;
- Transformação da Residência de Jovens pelo *Original Spot Design*;
- Recebimento do Prémio Rostos do Ano;
- Participação na Pista de Gelo com vista à angariação de fundos;
- Participação no Arraial Solidário;
- Comemoração do 37º aniversário da Cooperativa com a pintura das instalações;
- Frota Solidária 2018: Fundação Montepio entrega 1 viatura à RUMO, Cooperativa de Solidariedade Social, srl.;

Durante o ano de 2018 a Rumo desenvolveu, conforme definido no plano de atividades para esse ano, as atividades cuja descrição e avaliação se encontram em anexo a este balanço.

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2018

A.
R.
S.

4 – OBJETIVOS DE GESTÃO: Processos de Suporte e Processos Chave

A RUMO determina e gere os processos necessários para alcançar os resultados pretendidos, usando para tal uma abordagem sistêmica de gestão. No sentido do cumprimento do âmbito do Sistema de Gestão, encontram-se definidos processos-chave que são monitorizados semestralmente. As Indicadores e as metas organizacionais estão definidas, por processo, na Matriz Global de Gestão. A monitorização dos indicadores dos processos é efetuada de acordo com o especificado para cada indicador.

5 – ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO

Em seguida passaremos à apresentação dos resultados obtidos no ano de 2018.

5.1 Processos de Suporte

Análise de Tendências

- PS 1 Planejamento e Revisão

- ID16 – Taxa de cumprimento dos objetivos dos projetos

ID20	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	≥ 80%	91,4%	80,4%	80%	75%	156%	231%	224,46%	210%

O valor obtido para o ano de 2018 incide sobre os objetivos e respectivas metas, englobando não só aqueles que se alcançaram na totalidade tendo em conta as metas previstas mas também a taxa de cumprimento dos que não alcançaram os valores previstos. A lógica é assim de analisar a taxa de cumprimento de cada objetivo, o que contribuiu para que alguns deles ultrapassassem o valor de 100%. Verificamos um ligeiro decréscimo relativamente ao ano anterior mas ainda assim muito acima da meta prevista.

- ID17 – Taxa de cumprimento do Plano Anual de Atividades

ID21	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	≥ 90%	100%	94,2%	94%	97%	97%	91%	90,48%	92,53%

O resultado obtido subiu relativamente ao ano anterior ao ano anterior. Consideramos que numa organização com a dimensão e diversidade da Rumo, um resultado de 92,53% de cumprimento do Plano Anual de Atividades é bastante positivo.

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2018

R.
R.
R.

5.2 Processos-Chave LIJ

- PCLIJ 1 Acolhimento e Integração

- ID1 – Tempo médio para a realização da avaliação diagnóstica

ID1	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	<20	20	11	20	11	12	12	13	NA

Em 2018 não foram admitidos jovens na Residência, pelo que não ocorreram avaliações diagnósticas.

- ID2 – N.º de integrações

ID2	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Monitorizar	--	--	--	1	3	4	5	0

Não foram integrados jovens em 2018.

- PCLIJ2 Projeto Educativo

- ID3 – Taxa de PSEI's elaborados em 30 dias ou menos

ID3	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	> 90%	Não existia	100%	100%	100%	100%	100%	100%	NA

Uma vez que não existiram novas admissões durante o ano de 2018 não foi possível a monitorização deste indicador, sendo não aplicável para o ano em análise.

- ID4 – Taxa do cumprimento do Plano de Atividades

ID4	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	≥ 90%	--	--	--	97%	96%	98%	98%	100%

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2018

O resultado obtido encontra-se acima do previsto, o que revela um cumprimento adequado das atividades planeadas.

- PCLIJ 3 Nutrição, Alimentação e Cuidados Especiais

- ID5 – Índice de qualidade de alimentação.

ID5	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	≤ 5	--	--	--	100%	100%	100%	100%	93%

O indicador é apurado tendo por base uma listagem de aspetos considerados relevantes para uma alimentação de qualidade, que foi monitorizada mensalmente pelo LIJ. Os aspetos definidos são:

- Fruta fresca e variada
- Refeições de peixe e carne intercaladas
- Introdução de salada em todas as refeições
- Refeição acompanhada com água
- Doce apenas uma vez por semana
- Sopa todos os dias
- Ementas adequadas à época do ano
- Não reutilização de óleo de fritura
- Preocupação com a confeção em termos de sabor
- Preocupação com a apresentação da comida
- Variedade de lanche
- Ementa de jantar especial escolhida pelo aniversariante

Verifica-se um decréscimo relativamente ao ano anterior, sendo que teremos que melhorar a *"Introdução de salada em todas as refeições"*.

- ID6 – Taxa de satisfação das crianças/jovens relativamente aos cuidados prestados

ID6	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	≥ 80%	Não existia	Não ativado	83,8%	78,9%	83,93%	83,10%	83,38%	67%

O resultado encontra-se abaixo da meta prevista e reflete a avaliação realizada por apenas 7 jovens. No momento em que foi realizada a avaliação os restantes jovens encontravam-se de férias

A.
R.
S.

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2018

com a família pelo que não foi possível obter dados que reflitam efetivamente o nível de satisfação de todas as crianças e jovens integrados/as na resposta. O item com pontuação mais baixa foi a "Alimentação". De forma a melhorar o nível de satisfação das crianças e jovens irá realizar-se uma reunião de jovens para se apurar sugestões de pratos a integrar na ementa semanal (desde que cumpram as regras de uma alimentação equilibrada).

5.3 Processos-Chave CIC/CAO

- PCCAO 1 Admissão, Acolhimento e Integração

- ID7 – N.º de rescisões do contrato de prestação de serviços

ID7	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	≤ 2	--	--	1	0	1	2	3	2

Durante o ano de 2018 registaram-se 2 rescisões de contrato no CIC, porque transitaram para a Formação Profissional.

- ID8 – Tempo médio decorrido entre a inscrição e a entrada na lista de candidatos (n.º de dias)

ID8	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	≤ 15	--	--	15	15,5	0	3	0	3

Durante o ano de 2018 verificou-se em média 3 dias de espera entre a data de inscrição na resposta e a entrada na lista de candidatos/as.

- PCCAO 2 Projeto de Vida

- ID9 – Grau de satisfação das famílias/ representante legal

ID9	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	≥ 80%	--	--	87%	97%	83%	--	82,1%	86,28%

O resultado encontra-se acima da meta prevista e considera-se bastante positivo.

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2018

➤ ID10 – Grau de execução dos objetivos previstos (PDI)

ID11	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	≥ 70%	--	--	75,7%	72,4%	85%	82,37%	82,9%	88,18%

O grau de execução do PDI aumentou em 2018, encontrando-se muito acima da meta estabelecida, o que demonstra uma adequação entre os objetivos planeados e aquilo que se consegue efetivamente realizar.

5.4 Processos-Chave FEE

- PCFEE 1 Candidatura e Seleção

➤ ID11 – Taxa de resposta às solicitações

ID12	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	≥ 80%	100%	92%	97%	92,3%	79%	99%	97,7%	97,7%

O resultado foi idêntico ao ano anterior e, encontra-se muito acima da meta prevista, o que demonstra a mobilização dos projetos da Rumo para responder às solicitações.

➤ ID12 – Taxa de preenchimento das vagas nas ações/atividades a realizar

ID13	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	≥ 90%	102%	91%	101%	104,1%	102%	78,79%	92,7%	92,59%

A taxa de preenchimento de vagas na área de intervenção FEE está acima da meta prevista. Verificou-se um ligeiro decréscimo no ano anterior, mas é um resultado bastante positivo e a manter.

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2018

- PCFEE 2 Plano Individual de Inserção

- ID13 – Taxa de inserção em mercado aberto de trabalho ou criação do próprio emprego

ID14	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	≥ 10%	21%	21%	10%	11%	29%	23,35%	12%	19,66%

Em 2018 a percentagem de pessoas inseridas em mercado de trabalho foi bastante positiva e acima da meta definida.

5.5 Processos-Chave IT

- PCIT 1 Dinâmica de Redes

- ID14 – Taxa de execução dos planos de atividades

ID16	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	≥ 70%	Não ativado	100%	100%	100%	94,81%	76,26%	95,3%	97,83%

O resultado obtido encontra-se acima da meta prevista, tendo verificado um aumento significativo relativamente ao ano anterior. O resultado obtido revela que a Dinâmica de Redes à semelhança dos anos anteriores corresponde aos objetivos e expetativas dos parceiros.

- PCIT 2 Intervenção Comunitária

- ID15 – Taxa de sucesso do plano estabelecido

ID18	Meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	≥ 70%	85%	79%	88,2 %	91,2%	90%	94.5%	93%	96,69%

Este indicador reflete o sucesso dos planos de intervenção definidos com os/as destinatários/as da área de intervenção – Intervenção Comunitária. O valor obtido foi bastante positivo, o que revela um envolvimento efetivo dos destinatários na definição dos seus projetos de vida.

R.
R.
S.

6 - Alterações que possam afetar o Sistema de Gestão:

- Financiamento parcial dos projetos/programas;
- Manutenção de custos fixos além do financiamento de projetos (renda, água, eletricidade, comunicações, combustíveis, desgaste de viaturas e outros);
- Integração de organismos associativos e cooperativos de representação do setor (FENACERCI, FORMEM, APEA, EUSE, APISE, RSOPT, CASES, FNERDM, entre outras);
- Reconhecimento atribuído pelos diferentes públicos ao relevo e qualidade dos serviços prestados pela Cooperativa ao longo das suas mais de três décadas de atividade;
- Necessidade de resposta positiva e concertada no que concerne ao despertar da atenção da opinião pública para as organizações do terceiro sector por motivos alheios ao real valor, pertinência, legitimidade e contributo das organizações;
- Cruzamento de critérios relevantes para a gestão da organização: gestão por projeto vs. gestão global da Cooperativa (dimensões financeira e de recursos humanos);
- Atividade múltipla e diversificada no âmbito da solidariedade social e apoio à comunidade;
- Integração dos vários projetos e partilha de informação no sentido de melhor servir as necessidades do utente/formando, enquanto objetivo primário da Cooperativa;
- Diversificação das fontes de financiamento.

7 – Recomendações para a melhoria

São recomendações para a melhoria do Sistema de Gestão da Rumo:

- ✓ Continuar a dinamizar o funcionamento do Conselho Técnico;
- ✓ Continuação da reorganização da estratégia de intervenção com pessoas em situação de emergência social - Rede de Respostas Integradas, de forma sustentável;
- ✓ Reforço da ação da Rumo, no contexto de Intervenções Territoriais Integradas (ITI);
- ✓ Consolidação e disseminação do modelo da Rede de Empregabilidade e Rede de Apoio ao Desenvolvimento Local;
- ✓ Avaliação da satisfação de todas as partes interessadas da Rumo;
- ✓ Revisão e implementação do plano estratégico da Rumo, em colaboração com o Conselho Técnico e a Assembleia Geral de Sócios;
- ✓ Assegurar formação específica para o envolvimento e desenvolvimento pessoal e profissional de todos/as os/as colaboradores/as de forma a maximizar as suas potencialidades;
- ✓ Continuar a dinamizar o Centro de Formação da Rumo através da criação do plano de formação para prestação de serviços;
- ✓ Promoção de atividades regulares que fomentem a interação e cooperação entre Colaboradores/as, projetos e unidades da Rumo;
- ✓ Angariação de patrocinadores e mecenas;
- ✓ Continuar a melhoria das práticas de controlo financeiro e contabilístico, incentivando uma relação estreita entre a tesouraria e contabilidade gerais da cooperativa e a gestão dos projetos e unidades funcionais da Rumo;
- ✓ Análise das redes de comunicação e externa;
- ✓ Implementar a Avaliação de Desempenho, envolvendo os coordenadores.

7 – PLANEAMENTO

As ações resultantes deste balanço e que se constituem formalmente com saídas da Revisão pela Gestão encontrar-se-ão documentadas no Plano de Atividades do Sistema de Gestão.

8 – ANEXOS

- 9.1 – Relatórios de Atividades
- 9.2 – Relatórios de Atividades Formação, Emprego e Empreendedorismo
- 9.3 – Relatórios de Atividades Intervenções Territoriais
- 9.4 – Matriz Global de Gestão
- 9.5 – Relatório de Contas da Rumo, CRL

RUMO, CRL

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2018

Modelo SNC
Dezembro de 2018

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2018.....	5
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2018.....	6
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2018.....	7
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2018.....	8
• Anexo	
1. Nota introdutória	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	9
3. Principais políticas contabilísticas.....	11
4. Activos fixos tangíveis.....	15
5. Propriedades de investimento.....	16
6. Activos intangíveis.....	16
7. Activos biológicos.....	16
8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial.....	16
9. Participações Financeiras – outros métodos.....	16
10. Accionistas/Sócios	16
11. Outros activos financeiros.....	16
12. Activos e passivos por impostos diferidos.....	16
13. Inventários.....	16
14. Clientes.....	16
15. Adiantamentos a fornecedores	16
16. Estado e outros entes públicos.....	17
17. Outras contas a receber.....	17
18. Diferimentos.....	17
19. Activos financeiros detidos para negociação.....	17
20. Outros activos financeiros.....	18
21. Activos não correntes detidos para venda	18
22. Caixa e depósitos bancários.....	18
23. Capital realizado.....	18
24. Outros instrumentos de capital próprio.....	18
25. Reserva legal	18
26. Resultados transitados	18
27. Excedentes de revalorização.....	18
28. Outras variações no capital próprio.....	18
29. Provisões	18
30. Financiamentos obtidos.....	19
31. Outras contas a pagar	Erro! Marcador não definido.
32. Fornecedores	Erro! Marcador não definido.
33. Adiantamentos de clientes.....	19
34. Outros passivos financeiros.....	19
35. Vendas e prestações de serviços.....	19
36. Subsídios à exploração	20
37. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros	20
38. Variação nos inventários da produção.....	20
39. Trabalhos para a própria entidade	20
40. Custo das vendas	20
41. Fornecimentos e serviços externos	20
42. Gastos com o pessoal	21
43. Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	21
44. Aumento /redução de justo valor.....	21
45. Outros rendimentos e ganhos	21
46. Outros gastos e perdas	22
47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	22

Rumo, CRL
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2018

48. Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....	22
49. Resultados financeiros.....	22
50. Partes relacionadas	23
51. Compromissos.....	23
52. Eventos subsequentes.....	23
53. Informações exigidas por diplomas legais.....	23

A.
R
S

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018



RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.2018	31.Dez.2017
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	208 961,53	204 030,62
Propriedades de investimento	5	0,00	0,00
Activos intangíveis	6	0,00	0,00
Activos biológicos	7	0,00	0,00
Participações financeiras - método eq. patrimonial	8	0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos	9	0,00	0,00
Accionistas / sócios	10	0,00	0,00
Outros activos financeiros	11	0,00	0,00
Activos por impostos diferidos	12	0,00	0,00
Total dos Activos Não Correntes		208 961,53	204 030,62
Inventários	13	0,00	0,00
Activos biológicos	7	0,00	0,00
Cientes	14	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	15	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	0,00	0,00
Accionistas / sócios	10	575,00	237,50
Outras contas a receber	17	634 868,10	483 427,47
Diferimentos	18	4 435,79	29 354,46
Activos financeiros detidos para negociação	19	0,00	0,00
Outros activos financeiros	20	0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda	21	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	22	43 412,27	24 661,26
Total dos Activos Correntes		683 291,16	537 680,69
		892 252,69	741 711,31
Capitais Próprios			
Capital realizado	23	4 815,00	4 785,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	24	0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais	25	1 663,74	1 663,74
Outras reservas		54 286,54	54 286,54
Resultados transitados	26	351 786,95	400 732,63
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização	27	128 440,46	128 440,46
Outras variações no capital próprio	28	-156 536,47	-156 536,47
Resultado líquido do exercício		5 850,78	-48 945,68
Total dos Capitais Próprios		390 307,00	384 426,22
Passivo			
Provisões	29	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	30	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	12	0,00	0,00
Outras contas a pagar	31	0,00	0,00
Total dos Passivos Não Correntes		0,00	0,00
Fornecedores	32	44 118,56	53 339,73
Adiantamento de clientes	33	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	82 904,24	123 825,50
Accionistas / sócios	10	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	30	155 000,00	35 000,00
Outras contas a pagar	31	219 922,89	145 119,86
Diferimentos	18	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	34	0,00	0,00
Total dos Passivos Correntes		501 945,69	357 285,09
Total do Passivo		501 945,69	357 285,09
		892 252,69	741 711,31
		0,00	0,00

Barreiro, 29 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Fernanda
Lampreia*

A DIRECÇÃO

*Rute Pires
Susana Santos*



RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.2018	31.Dez.2017
Vendas de mercadorias	35	0,00	0,00
Prestação de serviços	35	0,00	0,00
Subsídios à exploração	36	2 613 348,73	2 504 171,88
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunt	37	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	38	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	39	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	41	-515 083,89	-327 834,18
Gastos com o pessoal	42	-2 106 309,69	-2 227 170,44
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14 e 17	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	29	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	43	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	44	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	45	50 340,99	59 606,82
Outros gastos e perdas	46	-5 876,17	-33 042,19
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		36 419,97	-24 268,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	-19 380,40	-16 039,11
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	48	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17 039,57	-40 307,22
Juros e rendimentos similares obtidos	49	0,00	0,07
Juros e gastos similares suportados	49	-11 188,79	-8 638,53
Resultado antes de impostos		5 850,78	-48 945,68
Imposto sobre o rendimento do período	16	0,00	0,00
Resultado líquido do período		5 850,78	-48 945,68
Resultado por acção básico		0,00	0,00

Barreiro, 29 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Fervanda
Lampraia*

A DIRECÇÃO

*Rute Pires
Susana Santos*



RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais - Exercício de 2018

(Valores expressos em euros)

	31.Dez.2018	31.Dez.2017
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	-	-
Pagamentos a fornecedores	(408 222)	(234 036)
Pagamentos ao pessoal	(1 354 226)	(1 627 206)
Caixa gerada pelas operações	(1 762 448)	(1 861 242)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(22 704)	(37 217)
Outros recebimentos/pagamentos	2 613 349	2 503 982
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	828 197	605 523
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(20 514)	(14 983)
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
	(20 514)	(14 983)
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	(20 514)	(14 983)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	(11 189)	(8 639)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	(11 189)	(8 639)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	(11 189)	(8 639)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	796 495	581 901
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	24 661	74 847
Caixa e seus equivalentes no fim do período	43 412	24 661

Barreiro, 29 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Fernanda
Lampreia

A DIRECÇÃO

Rute Paes
Susana Santos

A.
R.
S.



RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2018

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2017	1	Notas	4 785	1 664	54 287	400 733	(28 096)	(48 946)	384 426
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos	27		-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos	27		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	12		-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	28		30	-	-	(48 946)	-	48 946	30
	2		30	-	-	(48 946)	-	48 946	30
Resultado Líquido do Período	3							5 851	5 851
Resultado Integral	4 = 2 + 3							54 796	5 881
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5		-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2018	6 = 1 + 2 + 3 + 5		4 815	1 664	54 287	351 787	(28 096)	5 851	390 307

Barreiro, 29 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Fernanda
Lopes

A DIRECÇÃO

Rute Pres
Susana Santos

RUMO, CRL

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Rumo, CRL, foi constituída em 1981, tem a sua sede na Rua Miguel Pais, nº46, 1ªA, 2830-356 Barreiro. A Cooperativa tem como atividade principal o Apoio Social sem Alojamento. A Rumo é uma cooperativa sem fins lucrativos, que tem por objetivo fundamental a solidariedade social e o desenvolvimento de atividades de apoio em diferentes domínios de intervenção a pessoas em situação de desvantagens, visando a defesa dos seus direitos individuais e de cidadania, designadamente no quadro da promoção do direito à igualdade de oportunidades e à inclusão escolar, profissional e comunitária.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2018 as demonstrações financeiras da Rumo, CRL foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2010, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2010) foram registados em capitais próprios e estão descritos no quadro que segue, no qual se explicitam igualmente os ajustamentos efetuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2010).

Exemplo de nota sobre os efeitos dos ajustamentos (NCRF 3)

A reconciliação entre o capital próprio e os resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2011, obtidos de acordo com o normativo POC e os respetivos montantes obtidos de acordo com as NCRF é apresentada como segue:

Nota 3 - Reconciliação do capital próprio

Reconciliação do Capital Próprio	31-dez-10	1-jan-11
Capital próprio POC	4.610	4.620
1. Despesas de instalação e constituição	-	-
2. Despesas de campanhas publicitárias	-	-
3. Impostos diferidos	-	-
4. Desreconhecimento dep. Acum. Terreno Angola	-	-
Capital Próprio NCRF	4.610	4.620
Reconciliação do Resultado		
Resultado líquido POC	6.987	
1. Despesas de instalação e constituição	-	
2. Despesas de campanhas publicitárias	-	
3. Impostos diferidos	-	
4. Imparidades Activos - Obras prop. Alheia	-	
5. Desreconhecimento dep. Período terreno Angola	-	
Resultado líquido NCRF	6.987	

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Cooperativa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Cooperativa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

A.
R
S

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Rumo, CRL são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Ativos intangíveis

Não se aplica.

3.5. Investimentos financeiros

Não se aplica.

3.6. Imposto sobre o rendimento

A Cooperativa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Cooperativa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio de aquisição como método de custeio.

3.8. Ativos biológicos

Não se aplica.

3.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.10. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados “Outros investimentos” e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

3.11. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como “investimentos mensurados ao justo valor” através de resultados nem como “investimentos detidos até à maturidade”. Estes ativos são classificados como “ativos não correntes”, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os “investimentos mensurados ao justo valor através de resultados” e os “investimentos disponíveis para venda” são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos “investimentos disponíveis para venda” são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.13. Capital social

As quotas ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas quotas ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.14. Provisões

A Cooperativa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.16. Financiamentos bancários

Não se aplica.

3.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

A.
B.
C.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Cooperativa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Cooperativa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Cooperativa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

3.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Cooperativa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

R.
R.
R.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

Nota 4 - Ativos fixos tangíveis

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-17
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	284 855	-	-	-	-	284 855
Equipamento básico	128 718	15 614	-	-	-	144 332
Equipamento de transporte	152 326	-	-	-	-	152 326
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	280 122	1 270	-	-	-	281 392
Outros activos fixos tangíveis	20 455	-	-	-	-	20 455
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>866 476</u>	<u>16 884</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>883 360</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	99 759	7 512	-	-	-	107 271
Equipamento básico	116 884	4 877	-	-	-	121 761
Equipamento de transporte	150 519	-	-	-	-	150 519
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	275 722	3 601	-	-	-	279 323
Outros activos fixos tangíveis	20 406	49	-	-	-	20 455
	<u>663 290</u>	<u>16 039</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>679 329</u>
Valor Líquido	<u>203 186</u>	<u>845</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>204 031</u>
31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Dez-18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-18
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	284 855	-	-	-	-	284 855
Equipamento básico	144 332	-	-	-	-	144 332
Equipamento de transporte	152 326	16 912	-	-	-	173 110
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	281 392	3 601	-	-	-	284 919
Outros activos fixos tangíveis	20 455	-	-	-	-	20 455
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>883 360</u>	<u>20 514</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>907 671</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	107 271	7 512	-	-	-	114 784
Equipamento básico	121 761	3 140	-	-	-	124 901
Equipamento de transporte	150 519	4 228	-	-	-	154 747
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	279 323	4 500	-	-	-	283 823
Outros activos fixos tangíveis	20 455	-	-	-	-	20 455
	<u>679 329</u>	<u>19 380</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>698 709</u>
Valor Líquido	<u>204 031</u>	<u>1 133</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>208 962</u>

A.
R.
S.

5. Propriedades de investimento

Não se aplica.

6. Ativos intangíveis

Não se aplica.

7. Ativos biológicos

Não se aplica.

8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Não se aplica.

9. Participações financeiras – outros métodos

Não se aplica.

10. Acionistas/Sócios

Nota 10 - Accionistas e Sócios

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Activo				
x	-	575	-	-
y	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>575</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo				
x	-	-	-	-
y	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

11. Outros ativos financeiros

Não se aplica.

12. Ativos e passivos por impostos diferidos

Não se aplica.

13. Inventários

Não se aplica.

14. Clientes

Não se aplica.

15. Adiantamentos a fornecedores

Não se aplica.

P.
R.
S.

16. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Nota 16 - Estado e outros entes públicos

	31-Dez-18	31-Dez-17
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		-
Outros impostos e taxas	-	-
	-	-
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	(425)	(425)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(574)	(1 238)
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	23 512	37 017
Segurança Social	60 392	88 472
Outros impostos e taxas	-	-
	82 904	123 826

17. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

Nota 17 - Outras contas a receber

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Outros	-	634 868	-	483 237
	-	634 868	-	483 237
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	634 868	-	483 237

18. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

Nota 18 - Diferimentos

	31-Dez-18	31-Dez-17
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	4435,79	3852,11
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	-	25 502
	4 436	29 354
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	0	0
	-	-

19. Ativos financeiros detidos para negociação

Não se aplica.

20. Outros ativos financeiros

Não se aplica.

21. Ativos não correntes detidos para venda

Não se aplica.

22. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Nota 22 - Caixa e depósitos bancários

	31-Dez-18	31-Dez-17
Caixa	1 861	379
Depósitos à ordem	41 551	24 283
Depósitos a prazo	-	-
Outras	-	-
	43 412	24 661

23. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2018 o capital da Cooperativa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 47 quotas com o valor nominal de 100,00 euros cada.

24. Outros instrumentos de capital próprio

Não se aplica.

25. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Cooperativa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

26. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 10 de Maio de 2019, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

27. Excedentes de revalorização

Não se aplica.

28. Outras variações no capital próprio

Não se aplica.

29. Provisões

Não foram efetuadas no presente exercício quaisquer provisões.

A.
H.
S.

30. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Nota 30 - Financiamentos obtidos e locações

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	155 000	-	35 000
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
	-	155 000	-	35 000

31. Outras Contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente apresentava como se segue:

Nota 31 - Outras contas a pagar

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Acréscimo gastos	-	-	-	-
Pessoal	-	97 877	-	-
Outras contas a pagar	-	122 046	-	145 120
	-	219 923	-	145 120

32. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

Nota 32 - Fornecedores

	31/dez/18	31/dez/17
Fornecedores conta corrente	44 119	53 339,73
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores (Leasings)	-	-
	44 119	53 340

33. Adiantamentos de clientes

Não se aplica.

34. Outros passivos financeiros

Não se aplica.

35. Vendas e prestações de serviços

Não se aplica.

A.
R.
S.

36. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2018 e de 2017 a Cooperativa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

Nota 36 - Subsídios

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Subsídios estatais	2 613 349	2 503 981
Outros subsídios	-	-
	<u>2 613 349</u>	<u>2 503 981</u>

37. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros

Não se aplica.

38. Variação nos inventários da produção

Não se aplica.

39. Trabalhos para a própria entidade

Não se aplica.

40. Custo das vendas

Não se aplica.

41. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Nota 41 - Fornecimentos e serviços externos

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Subcontratos	87 103	-
Serviços especializados	188 687	147 342
Materiais	30 657	20 631
Energia e fluídos	42 944	35 138
Deslocações, estadas e transportes	20 916	9 733
Serviços diversos (*)	144 776	114 991
Rendas de imóveis	47 045	24 668
Comunicação	24 229	24 106
Seguros	10 973	20 435
Outros Serviços	62 529	45 782
	<u>515 084</u>	<u>327 835</u>

*: Desagregar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

42. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Nota 42 - Gastos com o pessoal

	31-Dez-18	31-Dez-17
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	1 479 993	1 415 217
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	291 270	290 930
Seguros	13 168	14 929
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	321 879	506 094
	2 106 310	2 227 170

O número médio de empregados da Cooperativa no exercício de 2018 foi 84, no exercício de 2017 foi 79, no exercício de 2016 foi 99, no exercício de 2015 foi de 223.

43. Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

Não se aplica.

44. Aumento /redução de justo valor

Não se aplica

45. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

Nota 45 - Outros rendimentos e ganhos

	31-Dez-18	31-Dez-17
Rendimentos suplementares	15 479	42 592
Descontos de pronto pagamento obtidos	17	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
Restituição de impostos	-	-
Outros rendimentos e ganhos	34 845	17 015
	50 341	59 607

R.
R.
R.

46. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

Nota 46 - Outros gastos e perdas

	31-Dez-18	31-Dez-17
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Donativos	-	-
Multas e penalidades	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	5 876	33 042
	5 876	33 042

47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

Nota 47 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

	31-Dez-18			31-Dez-17		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	19 380	-	19 380	16 039	-	16 039
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	19 380	-	19 380	16 039	-	16 039

48. Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Não se aplica

49. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2018 e de 2017, tinham a seguinte composição:

Nota 49 - Resultados financeiros

	31-Dez-18	31-Dez-17
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	-	-
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	11 189	8 639
	11 189	8 639
Resultados financeiros	(11 189)	(8 639)

50. Partes relacionadas

Não se aplica.

51. Compromissos

Não se aplica.

52. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

53. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Cooperativa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação da Cooperativa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2011, a Cooperativa não efetuou transações com quotas próprias, sendo nulo o n.º de quotas próprias detidas em 31 de Dezembro de 2011.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.